



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 12/2014

O Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO ser a Corregedoria-Geral da Justiça órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado, conforme artigo 35 da Lei Complementar Estadual nº 234/02;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária;

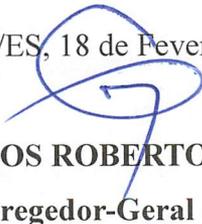
CONSIDERANDO o disposto no Ato Normativo Conjunto nº 002/2013, publicado no Diário da Justiça no dia 18/01/2013, e no Ofício Circular nº 139/2013, publicado no Diário da Justiça no dia 21/03/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. **ORIENTAR** aos Juízes de Direito para que indiquem a forma técnica de acesso aos documentos junto ao *sítio eletrônico* da Corregedoria-Geral da Justiça, a fim de que subsidie as Instituições que visem ser beneficiadas pelos recursos originários das prestações de pena pecuniária, conforme os padrões operacionais que seguem em anexo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Vitória/ES, 18 de Fevereiro de 2014.


CARLOS ROBERTO MIGNONE
Corregedor-Geral da Justiça

Publ 19/02/2014

Passo a Passo para o acesso ao *link* dos documentos para o Cadastramento de Instituições que visem ser beneficiadas pelos recursos originários das prestações de penas pecuniárias.

1) Acesse ao sítio eletrônico da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo: www.cgj.es.gov.br

2) Clique no campo “**Ato Norm. Conj. 002/2013 Guia de Prestação de Pena Pecuniária**”.

The screenshot displays the website of the Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo (CGJ). The header includes the CGJ logo and the text "Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo". Below the header is a banner image of a white building on a hillside and a portrait of Desembargador Carlos Roberto Mignone. The main content area is divided into several sections:

- SELO DIGITAL - Consulta Pública**
- Notícias**: A list of news items, including "Correição Geral Ordinária na Comarca de Domingos Martins", "Sistema JUSTIÇA ABERTA - SERVENTIA EXTRAJUDICIAL", "Programa PAI PRESENTE", "Correição Geral Ordinária na Comarca de Ibatiba", "Correição Geral Ordinária na Comarca de Iúna", and "Livros Obrigatórios".
- Desembargador Carlos Roberto Mignone**: Biênio 2014 - 2015, with a link to "Currículo".
- Plano de Gestão - 2012/2013**
- Relatório de Gestão Biênio 2012/2013**: | Versão eletrônica (PDF) |
- Certificação Digital**: Manuals, programas, e certificados para abrir arquivos assinados digitalmente na CGJ/ES.
- Custas**: Guias para pagamento; Consultas e 2ª via de Guias; Estimativas, ...
- Atualização Monetária**: Cálculo para Atualização Monetária de Débitos Judiciais.
- Serventias não Oficializadas**: Guias para pagamento - FARPEN, ...

In the left sidebar, there is a menu with various categories. A red arrow points to the link "Ato Norm. Conj. 002/2013 Guia de Prestação de Pena Pecuniária" under the "Provimento 41/2013 Central de Informações do Registro Civil" section.

3) Clique no item “5” da página para acesso ao “**Ato Normativo Conjunto nº 002/2013**”.

4) Clique no item “9” da página para acesso ao “**Manual de Cadastramento – Instituições**”.

CGJ Governo Federal S T F S T J C N J Governo do Estado ES Assembleia Legislativa ES Tribunal de Justiça ES Tribunal de Contas ES
Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo

Guia de Prestação de Pena Pecuniária
Ato Normativo Conjunto 002/2013

- 1 - Gerar Guia de Prestação de Pena Pecuniária
- 2 - Consultar Guias de Prestação de Pena Pecuniária por Processo
- 3 - Consultar / Imprimir 2ª Via de Guia Gerada
- 4 - Manual
- 5 - Ato Normativo Conjunto nº 002/2013 - (Publicado em 18/01/2013)**
Da Abertura da Conta Corrente e Recolhimento dos Valores.
- 6 - Ofício Circular nº 119/2013 - (Publicado DJ 19/03/13) - Publicar o código convênio das Unidades Gestoras - UG e suas respectivas contas correntes.
- 7 - Ofício Circular nº 139/2013 - Determinar a utilização dos Anexos I a V para atendimentos dos requisitos estabelecidos no Ato Conjunto nº 002/13.
- 8 - Resolução CNJ nº 154/2012
- 9 - Manual Cadastramento - Instituições**

Desembargador
Carlos Roberto Mignone
Biênio 2014 - 2015

Curriculum

Plano de Gestão - 2012/2013

Certificação Digital

Custas

Atualização Monetária

Serventias não Oficializadas

Relatórios de Inspeção

SELO DIGITAL

PRODUTIVIDADE MAGISTRADOS